Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais[1]

Terezinha Elisabeth da Silva (Universidade Estadual de Londrina)
Adriana Rosecler Alcará (Universidade Estadual de Londrina)

Resumo: Trata das políticas de acesso aberto à informação científica e das propostas de ação com ênfase para as iniciativas governamentais em diferentes países. Descreve as recomendações da Unesco e da Ifla. Identifica as iniciativas, ações e recomendações internacionais e brasileiras. Finaliza, evidenciando peculiaridades de áreas e de formas de tratamento da questão nas políticas já estabelecidas.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Políticas de Informação.

Abstract: The article discusses policies concerning the open access to scientific information and also presents some strategies emphasizing the governmental initiatives in different countries. It describes Unrsco's and Ifla's recommendations and identifies international and Brazilian initiatives, actions and recommendations. Finally are demonstrated some peculiarities related to the areas and to the different possibilities to handle with the issues covered by the policies that are already established.

Keywords: Open Access. Information Policies.

1 INTRODUÇÃO

"It's time for all public funders of research to implement public access policies. Research is too important to keep it locked up". Esta frase, espécie de epígrafe, encontra-se no *site* da *Alliance for Taxpayer Access*, uma organização não-governamental americana que busca acesso justo do contribuinte aos bens a que tem direito, considerando que são os impostos e taxas que dão origem aos orçamentos públicos.

Desde que emergiram, na década de 1990, as primeiras iniciativas formais e organizadas – em associações, alianças, coalizões – em torno do acesso aberto, não param de crescer os trabalhos e esforços dessas organizações em prol da "filosofia aberta" (COSTA, 2007). Entretanto, é sabido que, se nas organizações não-governamentais – em especial aquelas que integram pesquisadores – o movimento recebe adesões imediatas, no âmbito governamental o que se percebe é uma demora no estabelecimento de infra-estrutura física, administrativa e, principalmente, legal que propicie a efetiva aplicação das recomendações emanadas de vários encontros e eventos em nível mundial.

A *Open Archives Initiative* (OAI), criada em 1999, na Convenção de Santa Fé, no Novo México (EUA), define os princípios básicos do acesso aberto à produção científica. A partir desse marco, importantes declarações de apoio ao acesso aberto promoveram a disseminação dessa filosofia, como por exemplo, as declarações de Budapeste, Bethesda e Berlin.

A *Budapeste Open Access Initiative* (BOAI) (http://www.soros.org/openaccess/read.shtml) foi criada em fevereiro de 2002, a partir da reunião promovida pelo *Open Society Institute* (OSI), da *Soros Fundation*, com o propósito de analisar como as iniciativas isoladas poderiam trabalhar conjuntamente e como o OSI e as demais fundações poderiam utilizar de forma mais efetiva seus recursos para contribuir com o acesso aberto. A declaração recomenda duas estratégias – o auto-arquivamento e o acesso aberto aos periódicos.

[1] Comunicação oral apresentada ao GT-05 - Política e Economia da Informação.

A *Bethesda Statement on Open Acess Publishing* (http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm), de abril de 2003, é o resultado da reunião que ocorreu no *Howard Hughes Medical Institute*, em abril de 2003, com o objetivo de estimular a discussão do acesso aberto na comunidade de pesquisadores da área biomédica, bem como delinear princípios para obter apoio formal das agências de financiamento, sociedades científicas, editores, bibliotecários e pesquisadores para publicação dos resultados das pesquisas científicas.

A *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html) foi criada em outubro de 2003, por representantes de importantes instituições científicas européias, entre elas a Sociedade Max Planck (Alemanha) e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), da França. A Declaração de Berlin foi elaborada de acordo com as idéias das declarações de Budapeste e Bethesda e, entre as recomendações do documento, está o incentivo aos pesquisadores para que publiquem seus trabalhos dentro da filosofia do acesso aberto. Além disso, reforça a necessidade de avaliação da produção disponível em acesso aberto, visando assegurar os padrões de qualidade.

Com essas iniciativas o movimento de acesso aberto à informação científica ganha proporções mundiais e recebe apoio de diferentes organizações, todas com o objetivo de conscientizar universidades, pesquisadores e demais produtores de informação científica a inserirem-se nessa nova filosofia.

Este estudo se insere no ponto nevrálgico das discussões sobre o acesso aberto – as políticas de informação. Os resultados aqui apresentados agregam-se a outros subsídios para o projeto de pesquisa “Gestão da Informação da Produção Intelectual da Universidade Estadual de Londrina”, desenvolvido no Departamento de Ciência da Informação dessa Universidade, financiado, em parte, com recursos do CNPq.

Para os propósitos deste trabalho adotamos duas fontes cronológicas que listam eventos acerca do movimento de acesso aberto: 1) a *Timeline of the Open Access Movement*, de Peter Suber; 2) *Le libre accès à l’information scientifique et technique*, mantido pelo INIST/CNRS. Destacamos, destas duas fontes, as iniciativas governamentais mais significativas, que foram sistematizadas por países. Cada um desses agrupamentos foi detalhado e descrito a partir outras fontes que forneceram mais informações a respeito das iniciativas mencionadas.

Importante destacar a variação terminológica concernente às iniciativas de acesso aberto. Muitas vezes, acesso aberto (*open access*), arquivos abertos (*open archives*) e acesso livre (*free access*) à informação aparecem como sinônimos; tecnicamente não são. Entretanto, como não trataremos de questões relativas à interoperabilidade, coleta de metadados, disponibilidade de textos integrais e acesso e uso de informações, ao longo deste texto será utilizada a expressão “acesso aberto” para representar aqueles três aspectos, fundamentais na implementação de sistemas de compartilhamento de informação que aderem à “filosofia aberta”.

2 INCIATIVAS SUPRANACIONAIS: UNESCO E IFLA

Desde o final da década de 1990 a Unesco se integrou à defesa do acesso aberto por intermédio de declarações, programas e financiamentos específicos para a implantação de ações. Em 1999, na Conferência Mundial do *International Council of Science* (ICSU) de Budapeste, foi signatária da *Declaration of Science and the Use of Science Knowledge* (http://www.unesco.org/science/wcs/eng/declaration_e.htm), que contem 46 itens de considerações e recomendações em torno da relação entre comunidade científica e sociedade e a importância da informação e do conhecimento científico nessa relação.

Em 2006 a Unesco tornou público, juntamente com a IFLA, o *IFLA/UNESCO Internet Manifesto Guidelines*, como meio de implementação das recomendações do *IFLA Internet Manifesto* (2002) e, em 2007, assina a Declaração de Cronenberg (*Kronberg Declaration on the Future of Knowledge Acquisition and Sharing*) (http://portal.unesco.org/ci/en/files/25109/11860402019Kronberg_Declaration.pdf/Kronberg%2BDeclaration.pdf).

O livro *Open access to knowledge and information: scholarly literature and digital library initiatives; the South Asian scenario*, (http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158585e.pdf), de Anup Kumar Das, publicado pela Unesco em abril de 2008, mostra o cenário das iniciativas de acesso aberto no sul da Ásia, listando e descrevendo periódicos de acesso aberto, coleta de metadados, repositórios institucionais. Segundo o preâmbulo, o livro "pode ser considerado como fonte oficial para o desenvolvimento de acesso aberto na região" (JOSIAH, 2008), e, por conseguinte, para regiões com características similares e países emergentes de modo geral.

No que se refere à *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), ressaltamos a Declaração da IFLA sobre o acesso aberto à literatura acadêmica e documentação de pesquisa, publicada em dezembro de 2003. Esse documento evidencia que o amplo acesso aberto à literatura científica é imprescindível para a compreensão do nosso mundo e para a identificação de soluções aos desafios globais e, particularmente, para a redução da desigualdade de acesso à informação. Alerta que o acesso aberto garante a integridade do sistema de comunicação científica, já que assegura que todos os resultados de pesquisa estarão disponíveis permanentemente para o irrestrito exame e, quando relevantes, elaboração ou refutação (IFLA, 2003).

O documento da IFLA destaca ainda, o reconhecimento do papel desempenhado por todos os atores – autores, editores, bibliotecas e instituições – envolvidos no processo de registro e disseminação da pesquisa e define a adoção dos seguintes princípios do acesso aberto: a) o reconhecimento e a defesa dos direitos autorais, em especial dos direitos de atribuição e integridade; b) a adoção do processo de revisão por pares, visando assegurar a qualidade da literatura acadêmica, independente da forma de publicação; c) a oposição à censura governamental, comercial ou institucional das publicações originadas de pesquisas e bolsas de estudos; d) a disponibilização em formato de domínio público de toda a literatura acadêmica e documentos de pesquisa após a expiração do *copyright* determinado pela lei; e) a implementação de medidas para superar a desigualdade de acesso à informação; f) o apoio às iniciativas que promovem o desenvolvimento de modelos de publicação de acesso aberto sustentáveis; e g) a implementação de mecanismos legais, contratuais e técnicos para assegurar a preservação e a disponibilidade perpétua, usabilidade e autenticidade de toda a literatura acadêmica e documentação de pesquisa (IFLA, 2003).

3 INICIATIVAS INTERNACIONAIS

a) Estados Unidos

Peter Suber (2006) pontua as dez principais iniciativas relativas ao acesso aberto nos Estados Unidos, destacando, dentre elas, os já históricos *ArXiv*, *The Public Library of Science* (PLoS), a liderança do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e da Hewlett-Packard no desenvolvimento do *DSpace*. Fundamentais também na defesa do acesso aberto são algumas organizações cujas ações definiram os rumos das políticas públicas (governamentais) nos Estados Unidos e mesmo em nível mundial. Neste caso, não se pode omitir a atuação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC), da *Alliance for Taxpayer Access* (ATA), do *Open Access Working Group* (OAWG) e do *Public Knowledge* (PK).

As derivações dessas iniciativas, ainda que emanadas de organizações não-governamentais, foram fundamentais para que o governo americano se sensibilizasse para a importância do acesso aberto. Suber (2006) lembra que a lição que os Estados Unidos podem dar aos outros países é que os governos que considerarem a obrigatoriedade do acesso aberto às pesquisas financiadas por verbas públicas enfrentarão muitos *lobbies* dos editores e precisam se organizar, informar e buscar embasamento na defesa do acesso aberto para dar respostas às objeções e para educar quem elabora as políticas a respeito.

Não há dúvida, entretanto, que a iniciativa de maior visibilidade nos Estados Unidos foi a definição e o estabelecimento formal de uma política governamental de obrigatoriedade de depósito no repositório de acesso aberto, *PubMed Central* (PMC), de todo resultado de pesquisa financiada pelo *National Institute of Health* (NIH). A lei que determina o procedimento foi assinada pelo presidente George W. Bush em 26 de dezembro de 2007, após tramitar por três anos, desde que em 2004 o Congresso Americano solicitou que o NIH desenvolvesse uma política de obrigatoriedade de depósito em repositórios de acesso aberto.

Os 355 periódicos listados no *site* do NIH (http://publicaccess.nih.gov/journal_list.txt) em de maio de 2008 – mês do início efetivo da política de obrigatoriedade – resultam de esforços de representantes de vários segmentos da sociedade americana, como os 25 prêmios Nobel que foram signatários de uma carta aberta ao Congresso Americano em favor do acesso aberto aos resultados de pesquisas financiadas pelo NIH. O NIH possui hoje os meios para promover o acesso às pesquisas financiadas pelos contribuintes, por intermédio da Biblioteca Nacional de Medicina. A partir da aprovação da proposta pelo Congresso, os financiados pelo NIH ficam obrigados a fornecer à Biblioteca uma cópia eletrônica da versão final de seus trabalhos aceitos para publicação em periódicos científicos, após a revisão pelos pares (AN OPEN..., 2005).

A *Association of Research Library* (ARL) – que congrega cerca de 120 bibliotecas de instituições de pesquisa americanas –, juntamente com outras organizações não-governamentais, engajou-se na busca de abertura de acesso para a informação produzida no âmbito governamental, por intermédio do *Federal Depository Library Program* e do incentivo à liberdade de informação e ao acesso às pesquisas financiadas pelos fundos públicos (ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARY, 2008).

Criada em 2004 no seio do SPARC e inspirada pelos princípios da BOAI, a *Alliance for Taxpayer Access* (ATA), reúne em torno de 90 instituições representativas de associações científicas, de pesquisadores e cidadãos americanos que se uniram em favor do acesso aberto e irrestrito aos resultados de pesquisas financiadas pelos órgãos governamentais – de fato, financiadas pelos contribuintes (*taxpayer-funded*) –, uma vez que as barreiras criadas pelas assinaturas limitam o acesso do contribuinte americano às pesquisas financiadas com fundos públicos (ALLIANCE FOR TAXPAYER ACCESS, 2008). O acesso do contribuinte (*taxpayer access*) a essas pesquisas deve ser livre de qualquer custo.

O *Office of Cyberinfrastructure*, no âmbito da *National Science Foundation* (NSF) (http://www.nsf.gov/), vem realizando, desde 2005, vários encontros de seu Comitê Consultivo, com o objetivo de discutir a situação da infra-estrutura para pesquisa em ciência e tecnologia nos Estados Unidos, incluindo o acesso à informação e a gestão dos conjuntos de dados digitais, por meio de: a) promoção da interoperabilidade entre conjuntos de dados de várias organizações; b) prevenção de proteção e preservação adequadas a longo prazo, estabelecendo confiabilidade desses dados; c) propiciar bom desempenho, promover confiabilidade e mobilidade de dados por intermédio de ferramentas, tecnologias e serviços compartilhados; e) abrigar preferências específicas geradas pelas comunidades. É também objetivo da NSF desenvolver políticas que enfatizem o acesso aberto e a gestão eficaz desses conjuntos de dados digitais, de acordo com as necessidades das áreas de ciência e tecnologia (NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, 2006).

b) Comissão Européia

Tão intensas quanto as atividades realizadas nos Estados Unidos têm sido as ações da Comissão Européia, desde o início dos anos 2000, com estudos e relatórios densos e significativos sobre o monopólio das editoras comerciais, o custo crescente das publicações e o fechamento do sistema.

Exemplares são as iniciativas do *European Bureau of Library, Information and Documentation Associations* (EBLIDA) (http://www.sub.uni-goettingen.de/frankfurtgroup/openaccess/eblida.pdf) e do *European Research Consortium for Informatics and Mathematics* (ERCIM) (http://www.ercim.org/publication/Ercim_News/enw64/ercim-oa.html), com a publicação, respectivamente, de *Statement Towards an Effective Scientific Publishing System for European Research* (2005) e *Statement on Open Access* (2006), em favor do acesso aberto. Ambos os documentos rejeitam o modelo tradicional (comercial) de publicação e clamam por mudanças e por políticas que tornem acessíveis os resultados de pesquisa por meio do depósito em repositórios digitais (EUROPEAN BUREAU OF LIBRARY, INFORMATION AND DOCUMENTATION ASSOCIATIONS, 2005).

Em março de 2006 o *Study on the economic and thecnical evolution of the scientific publication markets in Europe*, aponta para os prejuízos que o modelo dominante, baseado nos oligopólios das editoras comerciais, resultam para o sistema de informação em ciência e tecnologia. O relatório estabelece como uma das ações necessárias, a adoção, na Europa, de política de obrigatoriedade de acesso do público – o mais rápido possível após a publicação – aos resultados das pesquisas financiadas por verbas oriundas dos cofres públicos. Recomenda ainda que os países-membro e as instituições e associações científicas da Comunidade Européia devem estudar a viabilidade dessa política e da implementação de repositórios digitais (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Já como resultado do estudo citado foi lançado, em 2006, o *Digital Repository Infrastructure Vision for European Research* (DRIVER) (http://www.driver-repository.eu/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1), um grande projeto, esforço conjunto da Comissão Européia e nove instituições de pesquisa. O DRIVER, inspirado no DARENet (http://www.darenet.nl/) da Holanda, tem o objetivo de auxiliar os países da Comunidade Européia a implementar seus repositórios digitais para promover o desenvolvimento de uma infra-estrutura de conhecimento adequada para as pesquisas da Comunidade.

Em outro importante documento, tornado público em fevereiro de 2007, a Comissão Européia declara seu compromisso com o acesso, a disseminação e a preservação de conteúdos digitais, enfatizando a necessidade de iniciativas que levem à disseminação ampla da informação científica. Propõe também algumas ações futuras como: a) acesso a resultados de pesquisa financiados pela Comunidade; b) financiamento de projetos e infra-estrutura de pesquisa – especialmente repositórios; c) alimentação de futuros debates; d) coordenação política e debate político com os interessados (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2007).

No âmbito da Comunidade Européia, várias ações foram e vêm sendo desenvolvidas. Em conseqüência, há uma série de declarações em favor do acesso aberto às publicações científicas – como as emanadas do próprio Parlamento Europeu. São também cada vez mais freqüentes as políticas oficialmente estabelecidas dentro da própria estrutura da Comunidade – por exemplo, pelo *Scientific Council of the European Research Council* ou o *European Research Council* – e no âmbito dos estados-membro do bloco.

c) Reino Unido

As discussões em torno do acesso aberto sempre estiveram presentes na agenda da comunidade científica do Reino Unido, de onde partiram várias ações e resultados representativos das iniciativas em prol da filosofia aberta. São exemplos disso o *software EPrints*, de 2000, desenvolvido na Universidade de Southampton, os projetos RoMEO (*Rights MEtadata for Open archiving*) e SHERPA (*Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access*), ambos criados em 2002 pelo *Joint Information Systems Committee* (JISC). O *Committee*, que trabalha com programas de pesquisa e inovação sobre o uso de tecnologias de informação no ensino, aprendizagem e pesquisa, é uma organização fundamental para o desenvolvimento do acesso aberto no Reino Unido, porque propõe ações e dá suporte às iniciativas nacionais (http://www.jisc.ac.uk/whatwedo.aspx).

Em razão do trabalho do JISC, outras atuações tornaram-se factíveis no Reino Unido. Além disso, o *Committee* provê os órgãos legislativos e executivos, de dados resultantes de investigações, subsidiando assim futuras leis e políticas oficiais regulatórias.

Em dezembro de 2003 o *Science and Technology Committee* do Parlamento Britânico (*House of Commons*) divulga a futura realização de uma enquete sobre preços e acessibilidade de publicações científicas, cujo relatório final, denominado *Scientific publications: free for all?* apresenta 82 itens, entre evidências sobre a situação do sistema de publicações científicas no Reino Unido e recomendações em torno da necessidade de estabelecimento de modelos mais eficazes de acesso do contribuinte a essas informações (HOUSE OF COMMONS, 2003). Na seqüência, um grupo de sete pesquisadores e professores das Universidades de Southampton e Loughborough e do *eScience*, assinaram e tornaram públicas as *Recommendations for UK Open-Access Provision Policy: to UK Government Science and Technology Committee* (http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Temp/UKSTC.htm), em que argumentam, discutem aquele relatório e propõem linhas de ação em nível governamental.

Há, efetivamente, a partir desses fatos, uma série de declarações, recomendações e reconhecimento, pelos órgãos governamentais do Reino Unido, da necessidade de abertura de acesso aos resultados de pesquisa como: a *Scottish Declaration of Open Access* (2004); as posições indicadas pelo documento assinado por cinco dos oito *Research Councils UK* (RCUK) (2006); em 2006 o *Wellcome Trust* solicita que os pesquisadores por ela financiados depositem seus trabalhos no *PubMed Central* (MATSUBAYASHI et al., 2006; WELLCOME TRUST, 2008); em janeiro de 2007 o *UK PubMed Central* foi oficialmente indicado pelo grupo fundador – um misto de organizações governamentais e não-governamentais –, como o repositório de acesso aberto, e obrigatório, das pesquisas financiadas por elas. O repositório abriga mais de um milhão de textos completos, segundo dados de maio de 2008 (UK PUBMED CENTRAL, 2008).

d) Alemanha

Ocorreu na Alemanha, em 2003, uma das principais manifestações da iniciativa de acesso aberto. A Declaração de Berlin, elaborada e tornada pública em reunião promovida pela Sociedade Max Planck, que teve, como signatárias várias organizações internacionais, e é um marco importante para o movimento em defesa da abertura da informação científica.

Na Alemanha, a iniciativa mais importante ocorre na *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (DFG) (Fundação Alemã de Pesquisa), órgão governamental que promove e financia pesquisas no âmbito das universidades e institutos de pesquisa do país. Signatária da Declaração de Berlin, em 2006 a DFG adotou uma política que recomenda aos pesquisadores que os resultados de pesquisas financiadas pela Fundação sejam publicados em meio digital com acesso aberto. O texto da política não obriga, apenas recomenda que os pesquisadores depositem, em repositórios específicos, trabalhos já publicados em meios convencionais, ou publi-

quem em periódicos científicos de acesso aberto (DEUTSCHE FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT, 2006). Em 2007, entretanto, ações mais específicas foram realizadas por um programa de financiamento voltado para a expansão e aprimoramento de periódicos científicos que adotassem a política de acesso aberto da DFG (SUBER, 2007).

Também em 2007 a associação civil *Netzwerk Freies Wissen*, aproveitando-se de reunião do G8 em Munique, tornou público o documento *For better development and just access to knowledge in all forms*, em que aponta as inquietações do grupo com questões relativas às restrições de acesso a: informações, produtos da biodiversidade, remédios, ciência, *softwares*. Demonstra também preocupação com as restrições de uso e cópia de conteúdos digitais (FOR BETTER..., 2007).

No âmbito do Parlamento Alemão (*Bundesrat*) há uma lei em tramitação e uma comunicação, de 2007, favorável à posição da Comissão Européia sobre a disseminação da informação científica, além de apelo em prol do acesso aberto, rápido e o mais livre possível a essa informação (LE LIBRE..., 2008).

e) França

Desde 1999 há iniciativas em favor do acesso livre na França, a exemplo do portal *Revues.org* (http://www.revues.org/), que reúne revistas da área de Ciências Sociais e Humanas, coordenado pelo *Centre pour l'Édition Électronique Ouverte* (CLEO) (http://cleo.cnrs.fr/). Em 2001, o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) (http://www.cnrs.fr/) lança o repositório multidisciplinar *Hyper Articles en Ligne* (HAL) (http://hal.archives-ouvertes.fr/).

Por ser a maior e mais importante instituição de pesquisa do país, o CNRS, por intermédio de seus departamentos, laboratórios e institutos, tem papel essencial nos caminhos do acesso aberto na França. Várias iniciativas dispersas e isoladas foram descontinuadas quando o CNRS anunciou, no início de 2005, a política oficial do órgão e a criação do *Directorate for Scientific Information* (DIS), medidas que evidenciam o interesse do CNRS em relação às questões do acesso aberto e a posição estratégica da instituição para a comunidade francesa. Ainda nesse ano, o CNRS, o *Institut National de la Santé e de la Recherche Medicale* (INSERM), o *Institut National de Recherche Agronomique* (INRA) e o *Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique* (INRIA) anunciaram uma política conjunta por intermédio da implantação de repositórios de resultados de pesquisas. Esses repositórios de acesso aberto contemplariam os requisitos técnicos de interoperabilidade, de modo a proporcionar maior visibilidade aos trabalhos dos pesquisadores (GRUTTEMEIER, 2006; JOLY, 2007).

Em novembro de 2007 a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR) publica uma nota requerendo que todas as todas as publicações – existentes e futuras – resultantes de pesquisas financiadas pela agência sejam depositadas no repositório HAL, respeitadas as regras de propriedade intelectual – literária, artística e intelectual – e as regras de confidencialidade relativas às pesquisas (AGENCE NACIONAL DE RECHERCHE, 2007).

f) Austrália

Na Austrália, a iniciativa que merece destaque é a Declaração de Acesso Aberto, de responsabilidade do *Australian Research Information Infrastructure Committee* (ARIIC), lançada em dezembro de 2004. O *Committee* tem o objetivo de promover o desenvolvimento de uma infra-estrutura de informações coerentes para o ensino superior australiano, por meio de sistemas de publicação e comunicação acadêmica, visando a disseminação dos resultados de pesquisa, bem como a preservação dessas informações.

No que se refere ao acesso aberto, o ARIIC reconhece que as comunicações digitais propiciam oportunidades mais eficientes e efetivas para o desenvolvimento de sistemas de publicações acadêmicas. Além disso, salienta que o acesso aberto aos resultados de pesquisa realça o perfil das universidades e programas de pesquisas nacionais, contribuindo para o avanço do conhecimento; mantêm a qualidade e autoridade da publicação acadêmica, sendo que a integridade do registro erudito é de importância crítica para qualquer evolução e possibilita a construção de comunidades informadas, colaborando para a exclusão das desvantagens sociais e econômicas (AUSTRALIAN RESEARCH INFORMATION INFRASTRUCTURE COMMITTEE, 2004).

De acordo com as intenções da Declaração, o ARIIC se propõe a desenvolver ações para: construir infra-estrutura para o avanço do acesso aberto, como por exemplo, repositórios institucionais; estimular a conscientização em relação aos princípios e práticas do acesso aberto; implementar políticas públicas que assegurem os direitos autorais no uso da informação com fins educacionais e de pesquisa; e cooperar com o governo australiano no sentido de melhorar o acesso às informações, maximizando a informação de domínio público (AUSTRALIAN RESEARCH INFORMATION INFRASTRUCTURE COMMITTEE, 2004).

Outras organizações australianas com ações e iniciativas para o acesso aberto que podemos destacar são: a *Australian National University*, a *Australian Government Productivity Commission*, o *Australian Research Council*, o *Australia's Department of Education, Science and Training*, o *Australian Group of Eight* e o *Australian Partnership for Sustainable Repositories* (SUBER, 2007).

g) Canadá

No que se refere às políticas de acesso aberto no Canadá, salientamos a iniciativa do *Canadian Institutes of Health Research* (CIRH), que em setembro de 2007, lança a política de acesso aos resultados das pesquisas. O objetivo dessa política é melhorar o acesso às produções de pesquisas subsidiadas pelo CIRH e aumentar a difusão de seus resultados. De acordo com o CIRH, o acesso aberto possibilita o alcance de um público muito mais amplo, aumentando potencialmente o impacto das pesquisas, bem como a aplicação de seus resultados (CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH, 2007).

Várias outras organizações canadenses propuseram iniciativas de apoio ao acesso aberto à informação, dentre elas, destacamos: *National Library of Canadian, Canadian Library Association, Library and Archives Canada, Canada's Athabasca University, Alouette-Canada, Canadian Breast Cancer Research Alliance, Canada's Social Science and Humanities Research Council* (SUBER, 2007).

h) Portugal

Em Portugal a Declaração de Estoril sobre o Acesso à Informação (http://www.apbad.pt/Downloads/DeclaracaoEstoril.pdf), lançada durante o 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em maio de 2004, no Estoril, reconhece e apóia as definições, objetivos e princípios do acesso aberto, tal como definidos na Declaração de *Budapest Open Access Initiative* e na Declaração de Berlim sobre o Acesso ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades. Vale também ressaltar que na declaração os profissionais fazem uma recomendação ao governo português quanto à obrigatoriedade da disponibilização, por meio do acesso livre, dos resultados das pesquisas financiadas com o dinheiro público. Além disso, solicitam às universidades, laboratórios, centros de pesquisa, sociedades científicas e demais organizações que produzem, financiam ou editam literatura científica em

Portugal, que elaborem políticas visando a promoção do acesso aberto (DECLARAÇÃO..., 2004).

Outra iniciativa de Portugal é o Compromisso do Minho: Compromisso sobre o Acesso Livre à Informação Científica em Países Lusófonos (http://www.ibict.br/alemplus/arquivos/compromisso.pdf), proposto na 2ª Conferência sobre Acesso Livre ao Conhecimento, realizada em novembro de 2006, em Portugal. Os proponentes desse documento comprometem-se a solicitar às instituições acadêmicas e científicas o envolvimento no que se refere às iniciativas no âmbito do acesso aberto que visam: contribuir para aumentar o impacto global da produção científica originada nos países lusófonos por meio do acesso aberto, canalizar os esforços de pesquisa e desenvolvimento nos países lusófonos para uma ação integrada no que tange às iniciativas de acesso aberto, bem como, sensibilizar as instituições governamentais e as agências de financiamento para iniciativas que promovam o acesso aberto (COMPROMISSO..., 2006).

De mais a mais, visando operacionalizar as propostas contidas no Compromisso do Minho, seus idealizadores decidiram formar um Grupo de Trabalho, com três grandes linhas de ação: a) sensibilização política; b) cooperação em pesquisa e desenvolvimento; e c) disseminação de informação sobre o acesso livre na comunidade lusófona.

i) Outras Iniciativas

Além das diversas iniciativas dos países mencionados no decorrer deste trabalho, podemos ainda citar a China, a Rússia, a Índia, a Bélgica e a África do Sul que também vêm tornando públicas algumas propostas e ações.

A **China**, em outubro de 2006, anunciou alguns planos para promover o acesso aberto à informação. De acordo com o ministro de Ciência e Tecnologia desse país - Xu Guanhua -, mais de 80% dos dados referentes à pesquisa da China em ciência pura - como matemática teórica, física e química - estarão livremente disponíveis na Internet. Afirma, ainda, que até 2010, a China pretende estabelecer 40 centros de dados científicos, cobrindo 300 bases de dados referentes a meio ambiente, agricultura, saúde humana, ciência pura, engenharia e informações de tecnologia. Todas essas bases estarão disponíveis por meio de um portal de acesso livre promovido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (JIA, 2006).

Na **Rússia,** o *Central Economics and Mathematics Institute of Russian Academy of Sciences* decretou que todos os seus pesquisadores deverão depositar os resultados de suas pesquisas em repositório institucional de livre acesso (CEMI..., 2008).

De acordo com dados do *Registry of Open Access Repository Material Archiving Policies* (ROARMAP) (http://www.eprints.org/openaccess/policysignup/), na **Índia**, a *Bharathidasan University*, a partir de novembro de 2006, tornou obrigatório o envio da produção científica de seus pesquisadores para o repositório institucional da universidade. A *Bharathidasan University* acredita que o repositório aumentará a citação de suas publicações e impulsionará a colaboração na pesquisa interdisciplinar.

Além dessa iniciativa, Suber (2007) lista, no *Timeline of the Open Access Movement*, outras organizações que manifestaram apoio ao acesso aberto à informação científica na Índia, como por exemplo, a *Working Group on Libraries for India's National Knowledge Commission* e *a India's National Centre for Science Information.*

No que diz respeito à **Bélgica**, os dados do ROARMAP, indicam que a *Research Foundation Flanders*, segue a Declaração de Berlim (2003) para a promoção de acesso aberto à informação científica e exige que os pesquisadores que recebem subsídios para os seus estudos devem depositar sua produção científica em um banco de dados de acesso aberto ao público, visando um maior impacto e valorização de seus trabalhos. Outra é o *Open Marine Archive* (OMA), coodernado pelo *Flanders Marine Institute*, que disponibiliza o acesso aberto à

coleção digital dos trabalhos dos investigadores marinhos, com o objetivo de aumentar a visibilidade, distribuição e uso dos resultados das pesquisas, bem como, melhorar a comunicação científica.

Na **África do Sul** podemos destacar duas iniciativas, ocorridas em 2006. A primeira diz respeito a um relatório elaborado pela *Academy of Science of South Africa*, em março de 2006, que recomenda o uso dos dois modelos de acesso aberto à informação - *golden road* (via dourada) e *green road* (via verde). A segunda iniciativa ocorreu em abril de 2006, quando o *Committee on Data for Science and Technology* (CODATA) publicou o relatório do *workshop* internacional, realizado em setembro de 2005, em Pretória, sobre as estratégias para o acesso permanente às informações científicas na África do Sul, com enfoque na saúde e informações ambientais para o desenvolvimento sustentável. Esse relatório alerta para a urgência das instituições africanas aderirem ao acesso aberto, promovendo o compartilhamento de dados (ARNOLD; ANDERSON; UHLIR, 2006; SUBER, 2007).

4 INICIATIVAS NACIONAIS: BRASIL

Inicialmente destacamos o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que vem elaborando e coordenando diversos programas e ações de incentivos para que as instituições de ensino e pesquisa de todo o país disponibilizem, por meio do acesso aberto, toda a sua produção científica.

A primeira ação do IBICT em direção ao acesso aberto foi o lançamento do Manifesto Brasileiro de apoio ao Livre Acesso à Informação Científica, em setembro de 2005. O Manifesto baseia-se na Declaração de Berlim e tem os seguintes objetivos: promover o acesso livre à produção científica; promover o registro e a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação; estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica; e buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica (MANIFESTO..., 2005).

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) (http://bdtd.ibict.br/), o Portal OASIS.BR (Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre) (http://oasisbr.ibict.br/) e as demais ações que visam articular e sensibilizar os diversos atores da comunidade científica quanto à importância do acesso livre, são outros empreendimentos promovidos pelo IBICT que disseminam a idéia do acesso livre e aberto à produção científica no Brasil.

Além disso, o *Blog* do Kuramoto (http://kuramoto.wordpress.com/), mantido pelo pesquisador Hélio Kuramoto, coordenador geral de Projetos Especiais do IBICT, é uma iniciativa que vale a pena ser ressaltada, uma vez que se configura em um dos principais veículos de comunicação no Brasil que dissemina a informação a respeito do acesso aberto.

A partir do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, algumas outras manifestações e iniciativas estão gradativamente se tornando visíveis na comunidade científica brasileira, como as que seguem:

a) Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto (setembro de 2005) - declaração realizada pelos participantes do *International Seminar on Open Access*, evento paralelo do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, realizados no período de 20 a 23 de setembro de 2005, em Salvador - Ba. A Declaração solicita: a inclusão nas políticas científicas governamentais da exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada em acesso aberto; a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa; o fortalecimento dos periódicos nacionais de acesso aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes; e a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento (DECLARAÇÃO..., 2005b).

b) Carta de São Paulo (http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm) (dezembro de 2005) - a Carta é uma declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica, assinada por professores, pesquisadores, bibliotecários, alunos, cidadãos e representantes de organizações da sociedade civil. Os autores da Carta de São Paulo conclamam todas as instituições, associações profissionais, governos, bibliotecas, editores, fundações, entidades acadêmicas, cientistas, gestores educativos, pesquisadores e cidadãos para que promovam ações que ampliem o acesso à literatura acadêmica, auxiliando na eliminação das barreiras econômicas, comerciais e culturais (DECLARAÇÃO..., 2005a);
c) Declaração de Florianópolis (maio de 2006) – Declaração lançada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação de Psicologia (ANPEPP), durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, sediado na cidade de Florianópolis, com o objetivo de manifestar o apoio ao movimento mundial da comunidade científica em favor do acesso aberto. Entre as recomendações do documento está o endosso ao conceito de publicação científica de acesso aberto constante na Declaração de Bethesda; a solicitação de que as entidades de fomento reconheçam a integração do custo da publicação no próprio custo da pesquisa e que mantenham e ampliem suas políticas de apoio financeiro aos periódicos brasileiros, contribuindo para a consolidação de um sistema de periódicos científicos de alto impacto; o comprometimento dos pesquisadores no desenvolvimento de atividades que conscientizem e mobilizem a comunidade científica acerca da importância do acesso aberto; entre outras (DECLARAÇÃO..., 2006).

A mais recente conquista do Brasil no que se refere às políticas nacionais de acesso livre é o Projeto de Lei 1120/2007, do deputado Rodrigo Rollemberg, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil. O PL 1120/2007 foi aprovado em 14 de maio do corrente ano, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Segundo Kuramoto (2008), o próximo passo é a análise do conteúdo desse projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e, se considerado constitucional, estará aprovado pela Câmara dos Deputados, sendo enviado para o Senado para discussão e aprovação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado. Na seqüência, o PL 1120/2007 será aprovado no âmbito do Congresso Nacional e remetido à sanção do Presidente da República.

É importante mencionar que o PL 1120/2007 estabelece a obrigatoriedade das instituições de ensino superior e das unidades de pesquisa de caráter público elaborar os seus repositórios institucionais com a produção técnico-científica de seus pesquisadores, professores e alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além disso, o projeto propõe a criação de um Comitê de Alto Nível para discutir e sugerir a elaboração de uma política nacional de acesso livre à informação científica (PROJETO..., 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que o movimento de acesso livre à informação científica já é preocupação oficialmente registrada em vários países, embora com diferentes graus de desenvolvimento.

Uma das diferenças diz respeito às próprias determinações das políticas, pois algumas obrigam pesquisadores e instituições públicas de pesquisa a disponibilizarem, em acesso aberto, aos resultados de sua produção, enquanto outras apenas sugerem o envolvimento e a participação desses pesquisadores e instituições no movimento. Termos e expressões com significados próximos fazem diferença considerável na prática das políticas. Por exemplo, um texto que apenas solicite (*request*, *solliciter*) o depósito – considerado, neste caso, depósito voluntário – estará sempre sujeito à vontade do pesquisador; outro que obrigue (*mandate*,

demander), embora levante polêmica e possa ser considerado autoritário, resultará em ações mais efetivas.

O estudo evidencia ainda a presença de organizações não-governamentais e organismos de governos – que não atuam diretamente no âmbito legislativo – na liderança do movimento, impulsionando, inclusive a participação de órgãos governamentais na oficialização de políticas e regulamentação de leis, como é o caso do IBICT no Brasil.

É importante destacar que, em muitos países, as primeiras iniciativas oficiais partiram de instituições de pesquisa na área médica. É provável que isto se deva ao fato de ser esta uma das áreas pioneiras na organização e compartilhamento de recursos de informação em meio eletrônico. Além disso, os resultados das pesquisas da área médica têm, em sua maioria, grande visibilidade em razão da função social.

REFERÊNCIAS

AGENCE NACIONAL DE RECHERCHE. *L'ANR incite les chercheurs à intégrer leurs publications dans le système d'archives ouvertes*. 2007. Disponível em: <http://www.agence-nationale-recherche.fr/actualite/13?lngInfoId=159> Acesso em: 14 maio 2008.

ALLIANCE FOR TAXPAYER ACCESS. 2008. Disponível em: <http://www.taxpayeraccess.org/index.html> Acesso em: 23 abr. 2008.

AN OPEN letter to the U.S. Congress signed by 25 Nobel Prize winners. 2005. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/news/2004/08/nobel082604.pdf> Acesso em: 10 abr. 2008.

ARNOLD. R.; ANDERSON, W.; UHLIR, P. *Strategies for permanent access to scientific information in Southern Africa*: focus on health and environmental information for sustainable development. Pretoria: CODATA, 2006. Disponível em: <http://stardata.nrf.ac.za/html/CodataReport.pdf>. Acesso em: 29 maio 2008.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARY. *Public policies*: public access policies. Disponível em: <http://www.arl.org/pp/access/index.shtml> Acesso em: 27 maio 2008.

AUSTRALIAN RESEARCH INFORMATION INFRASTRUCTURE COMMITTEE. *Open access statement*. 2004. Disponível em: <http://www.caul.edu.au/scholcomm/OpenAccessARIICstatement.doc>. Acesso em: 28 maio 2008.

CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH. *Policy on access to research outputs*. 2007. Disponível em: <http://www.cihr-irsc.gc.ca/ e/34846.html>. Acesso em: 28 maio 2008.

CEMI Ras joins an international initiative open access to research. Disponível em: <http://www.cemi.rssi.ru/rus/news/initiat-eng.htm>. Acesso em: 29 maio 2008.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council and the European Economic and Social Committee on scientific information in the digital age: access, dissemination and preservation*. 2007. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/communication-022007_en.pdf> Acesso em: 22 maio 2008.

COMPROMISSO do Minho compromisso sobre o acesso livre à informação científica em países lusófonos. 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/alemplus/arquivos/compromisso.pdf>. Acesso em: 29 maio 2008.

COSTA, S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago., 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=926> Acesso em: 23 fev. 2007.

DECLARAÇÃO de apoio ao acesso aberto à literatura científica: Carta de São Paulo. 2005a. Disponível em:< http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm>. Acesso em: 25 maio 2008.
DECLARAÇÃO de Florianópolis. 2006. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/Editais/Declaração%20de%20Florianópolis.pdf>. Acesso em: 25 maio 2008.
DECLARAÇÃO de Salvador sobre o acesso aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento. 2005b. Disponível: <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel86&content=428>. Acesso em: 25 maio 2008.
DECLARAÇÃO do Estoril sobre o acesso à informação. 2004. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/DeclaracaoEstoril.pdf>. Acesso em: 28 maio 2008.
DEUTSCHE FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT. *DFG passes open access guidelines*. 2006. Disponível em: <http://www.dfg.de/en/news/information_science_research/other_news/info_wissenschaft_04_06.html> Acesso em: 12 fev. 2008.
EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Research Information and Communication Unit. *Study on the economic and thecnical evolution of the scientific publication markets in Europe, 2006*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/science-society/pdf/scientific-publication-study_en.pdf> Acesso em: 17 dez. 2007.
FOR better development and just access to knowledge in all forms. Against the domination of exclusionary rights on the knowledge economy. A civil society statement concerning intellectual property and the 2007 G8 summit. 2007. Disponível em: <http://declaration.wissensallmende.de/images/declaration_english.pdf> Acesso em: 10 maio 2008.
GRUTTEMEIER, H. The way to Open Access: French strategies to move forward. *Library and Information Service*, v. 50, n. 1, p. 27-33, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00005888/01/HG_Article_Chine_3.pdf> Acesso em: 14 maio 2008.
HOUSE OF COMMONS. Science and Technology Committee. *Scientific Publications*: Free for All? Tenth Report of Session 2003-04. London: House of Commons, 2004. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmsctech/399/399.pdf> Acesso em: 20 maio 2008.
IFLA. *Statement on open access to scholarly literature and research documentation*. 2003. Disponível em: < http://www.ifla.org/V/cdoc/open-access04.html>. Acesso em: 29 maio 2008.
JIA, H. China unveils plans to boost scientific data sharing. 2006. Disponível em: <http://www.scidev.net/en/news/china-unveils-plans-to-boost-scientific-data-shari.html>. Acesso em: 29 maio 2008.
JOLY, M. Les archives ouvertes en France. *Journées ABES*, 2007. Disponível em: <http://www.abes.fr/abes/documents/reseau/journees_reseau/session1_AO.pdf> Acesso em: 14 maio 2008.
JOSIAH, J. Foreword. In: DAS, Anup Kumar. *Open access to knowledge and information:* scholarly literature and digital library initiatives; the South Asian scenario. New Delhi: Unesco, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158585e.pdf> Acesso em: 11 maio 2008.
KURAMOTO, H. *PL 1120/2007 é aprovado na CCTCI por unanimidade*. Disponível em: <http://kuramoto.wordpress.com/>. Acesso em: 29 maio 2008.
LE LIBRE accès à l'information scientifique et technique. Brèves. 2008. disponível em: <http://openaccess.inist.fr/archivesbreves.php3> Acesso em: 11 abr. 2008.

MANIFESTO brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm>. Acesso em: 25 maio 2008.
MATSUBAYASHI, M. et al. The current status of Open Access in Biomedical field: the comparison of countries relating to the impact of national policies. In: ASIS&T ANNUAL MEETING, 69., Austin. *Proceedings.*..Austin, 2006.
NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. Cyberestructure Council. *NSF's cyberinfrastructure vision for 21st Century discovery. 2006*. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/oci/ci_v5.pdf> Acesso em: 12 abr. 2008.
PROJETO de lei nº 1120, de 2007. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>. Acesso em: 29 maio 2008.
RESEARCH COUNCILS UK. *Research Councils UK' updated position statement on access to research outputs*. 2006. Disponível em: <http://www.rcuk.ac.uk/cmsweb/downloads/rcuk/documents/2006statement.pdf> Acesso em 27 maio 2008.
SCOTTISH Declaration of Open Access. 2004. Disponível em: <http://scurl.ac.uk/WG/OATS/declaration.htm> Acesso em: 27 maio 2008.
SUBER, P. Open Access in the United States. In: JACOBS, N. (Ed.). *Open access:* key strategic, technical and economic aspects. [s.l.]: Chandos Publishing, 2006. Disponível em: <eprints.rclis.org/archive/00006671/01/Suber_2006.pdf> Acesso em: 2 maio 2008.
SUBER, P. *Timeline of the Open Access Movement.* Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>. 2007. Acesso em: 12 jan. 2008.
UK PubMed Central: free archive of life sciences journals. Disponível em: <http://ukpmc.ac.uk/> Acesso em: 20 maio 2008.
WELLCOME TRUST. *Position statement in support of open and unrestricted access to published research.* 2008. Disponível em: <http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Policy/Spotlight-issues/Open-access/Policy/index.htm> Acesso em: 28 maio 2008.